



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

## **REVISÃO TEXTUAL CRÍTICA EM ATOS NORMATIVOS: FACILITAÇÃO DO ENTENDIMENTO POR MEIO DE INFOGRÁFICO**

**Kênia Bispo Pinheiro<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva, principalmente, demonstrar que o revisor de textos, atuando em atos normativos de uma entidade pública federal, consegue produzir escrita mais facilitada ao cidadão. Para o alcance de tal fim, foi construída conceituação acerca dos gêneros textuais e gêneros discursivos, dando-se destaque àqueles chamados gêneros textuais normativos. A lei, então, é apresentada como fenômeno social, político e cultural humano, da qual emana a figura das agências reguladoras: entidades encarregadas de editarem e fazerem cumprir atos normativos específicos como as resoluções homologatórias (REH), objeto de análise deste artigo. Nesse ínterim, percebe-se a importância da atuação do profissional em revisão de textos, desenvolvendo suas atribuições dentro de entidades/órgãos públicos, não apenas como “fiscal da gramática”, mas como facilitador ao alcance dos princípios da administração pública que tangem à publicidade e eficiência dos comandos governamentais. O método para a efetivação do objetivo-geral é o da pesquisa bibliográfica seguida de intervenção textual em uma REH editada pela Agência Nacional de Energia elétrica (Aneel), culminando na elaboração de um infográfico, texto multimodal no qual escrita e imagem agem de forma harmoniosa para a melhor compreensão da mensagem a ser repassada ao leitor.

**Palavras-chave:** Agências Reguladoras. Infográfico. Leis. Revisor de textos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto, sob orientação da Professora Solange de Carvalho Lustosa.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste ano de 2015, o Brasil encontra-se em meio a grave crise causada por uma cultura de corrupção arraigada entre seus quadros de governantes e legisladores, o que tem gerado reflexos na regulação de serviços essenciais. No tocante à energia elétrica, o país enfrenta, hoje, escassez de recursos, tanto financeiros, quanto naturais, o que vem gerando aumentos sucessivos nas contas de luz dos lares brasileiros, sem respeito ao interstício anual previsto em contrato com as empresas distribuidoras.

Entende-se que o cidadão tem o direito à plena compreensão de como são calculadas as tarifas: devem ter pleno entendimento de quais os componentes financeiros, os custos suportados pela empresa de distribuição, os impostos incidentes e outros itens que compõem sua fatura. E cada reajuste e revisão tarifária de cada empresa de distribuição de energia elétrica do país têm um processo próprio, sendo que, ao seu final, de forma a demonstrar os cálculos efetuados, os valores, os itens financeiros levados em conta, é produzida uma Resolução Homologatória (REH).

Bacharel em Direito e licenciada em Letras, a pesquisadora, em 2014, já como servidora pública, foi encarregada de realizar revisões textuais em atos normativos na entidade pública na qual trabalha há dez anos: a Aneel. Em muitas revisões efetuadas, foi notada a capacidade que um profissional em revisão textual possui em tornar claros, concisos e objetivos, textos que, em primeira produção, apresentam difícil interpretação ao público a que se destina (o cidadão comum brasileiro).

Academicamente, ao buscar artigos científicos, bibliografia, monografias, normas sobre o assunto, foram encontrados muitos trabalhos, principalmente de bacharéis em Direito, no qual explanam detalhadamente sobre as técnicas de interpretação (hermenêutica) e composição de leis, resumindo-se à explicação de suas partes constituintes. Quanto à redação dos atos normativos em si, fazem menção resumida apenas aos aspectos microtextuais. Não foi encontrado, entretanto, trabalho científico realizado por bacharel em Direito e revisor de textos em conjunto. A pesquisadora, investida em ambos os papéis, visa elucidar a questão de maneira prática, aplicando os conhecimentos em Direito e, principalmente, aqueles relativos à licenciatura em Letras e à especialização em Revisão de Textos.

O presente trabalho objetiva, principalmente, demonstrar que o revisor de textos, atuando em atos normativos de uma entidade pública federal, consegue produzir escrita mais facilitada ao cidadão. Para isso, foi traçado o seguinte caminho: no capítulo inicial, discorre

sobre gêneros textuais e gêneros discursivos, dando destaque àqueles chamados gêneros textuais normativos.

A seguir, na seção dois, a lei é apresentada como fenômeno social, político e cultural humano, da qual emana a figura das agências reguladoras: entidades encarregadas de editarem e fazerem cumprir gêneros textuais normativos específicos como as resoluções homologatórias, objeto de análise deste artigo.

Na seção três, o papel do revisor de textos é examinado criticamente em suas atribuições dentro de entidades/órgãos públicos. Como o enfoque que se busca é o da revisão crítica de gêneros textuais, a utilização de novas tecnologias não poderia deixar de ser mencionada, como o uso de textos multimodais.

A quarta seção apresenta a metodologia escolhida para o embasamento da pesquisa: método de pesquisa bibliográfica, com o aporte de revisão textual em uma REH editada pela Aneel.

Enfim, na quinta seção, a construção de um infográfico é posta em prática, efetivamente, a fim de demonstrar a facilitação do entendimento proporcionado por um revisor de textos profissional atuando em atos normativos.

## **2 GÊNEROS TEXTUAIS E GÊNEROS DISCURSIVOS**

Toda comunicação humana realiza-se por meio de textos. Conforme Marcuschi (2006, p. 23), “hoje, a noção de gênero ampliou-se para toda a produção social”, ou seja, toda enunciação humana, seja ela falada ou escrita, dá-se em contextos que exigem a utilização de formas dialógicas que se estabeleceram, de forma maleável, baseadas na cultura e ações de determinada sociedade.

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característicos. [...] Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, [...] reportagem jornalística, aula expositiva, [...] edital de concurso, piada, conversação espontânea, [...] e assim por diante. (MARCUSCHI, 2010, p. 21-22).

Percebe-se que, de acordo com as condições de produção, os gêneros textuais podem ser agrupados de acordo com aspectos que possuem em comum e das características mais ou menos estáveis que os identificam. Assim, uma das formas de incluir um gênero em

determinado rol de textos que lhe iguale é por meio do discurso, ou, conforme Marcuschi (2006, p. 25), por meio dos “usos coletivos da língua que são sempre institucionalizados, isto é, legitimados por alguma instância da atividade humana socialmente organizada”.

Seguindo o raciocínio de Bakhtin (2000, p. 279), cada atividade humana, com raras exceções, sempre faz uso da língua por meio de “enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera de atividade humana”. Cada uma dessas construções linguísticas – gêneros discursivos – apresenta três elementos constituintes: o conteúdo temático, o estilo e a composição que, “fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação” (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Os domínios discursivos, conforme Marcuschi (2010), constituem-se em tipos próprios de construções da linguagem (oral ou escrita) humana, não abarcando apenas um gênero, mas originando vários, visto os gêneros serem institucionalmente assinalados e estabelecadores de relações de poder. Assim, existem os gêneros discursivos próprios da esfera religiosa, jornalística, jurídica e tantas outras. Não se pode analisar um gênero discursivo de forma apartada da realidade social e sua conexão às atividades humanas.

A seguir, serão analisados os gêneros textuais normativos, subespécies que se igualam por inserirem-se no domínio discursivo jurídico ou legislativo.

## **2.1 Gêneros textuais normativos**

Os textos legais, num primeiro momento, constituem-se um gênero próprio do domínio discursivo “jurídico”.

Do ponto de vista dos domínios, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas. (MARCUSCHI, 2010, p. 24-25).

Formalmente, os atos normativos caracterizam-se pela sua peculiaridade estrutural, a que Brasil (2002) denomina *sistemática externa*, ou seja, a organização em artigos, parágrafos, incisos, alíneas e ementa, pois são os únicos gêneros textuais que apresentam rol de regras organizadoras que, de certa forma, os engessam.

Mas é claro que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas (MARCUSCHI, 2008, p. 156).

Mas, apesar da rigidez de sua forma, as leis impescindem de princípios, tais como, consoante Cristas (2006), o da inteligibilidade, que impõe que a coerência, a compreensibilidade e a acessibilidade sejam elementos norteadores da redação voltadas ao leitor a que se destinam, além do princípio da simplicidade, que prega a adoção de texto tão simplificado quanto pormenorizado. “Simplificar a utilização e a compreensão de qualquer ato normativo é um requisito indispensável para que os cidadãos façam uso eficaz dos direitos que lhes são conferidos” (CRISTAS, 2006, p. 80).

Legística ou a arte de bem fazer leis, assim Cristas (2006) define os métodos científicos que giram em torno do estudo da formatação e redação de atos normativos. O autor prossegue separando suas funções em materiais ou formais: “a legística material visa à concepção do ato normativo – o planejamento, a necessidade, a utilidade, a efetividade e a harmonização com o restante do ordenamento – e a legística formal debruça-se sobre sua redação.” (CRISTAS, 2006, p. 79).

Nota-se que o legislador, ao editar qualquer ato normativo, deve ter em mente, pelo aspecto material da legística, a importância de situar o texto ao contexto e aos destinatários, ou seja, os atos normativos são espécies de gêneros textuais, “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social” (MARCUSCHI, 2010, p. 19). Antes de decidir-se pela necessidade de elaboração de uma lei, a autoridade deve fazer um exame do aspecto social que exige a edição legislativa e a fixação clara dos objetivos que se pretendem alcançar.

### **3 A “LEI” COMO FENÔMENO SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO HUMANO**

O homem é um ser social, político e cultural por natureza. De forma a atender a essas três características intrínsecas, aceitou viver em sociedade, escolhendo suas crenças e defendendo suas características culturais frente a outras comunidades. Para tais fins, foi preciso criar formas que garantissem a manutenção de individualidades perante o grupo, além de meios que defendessem direitos de interesse geral: as leis.

Lei, em sentido *lato*, define-se como “toda norma jurídica editada pela autoridade competente para vincular as pessoas à sua observância” (LISBOA, 2008, p. 10). Do exposto, percebe-se a sujeição dos direitos inerentes a cada ser humano à ação de algo que lhe sobrepuja: o Estado. Esse, definido como entidade formada pela conjunção de interesses comuns de um povo, em território determinado, buscando alcançar finalidades definidas por meio de leis, ou seja, as leis foram criadas, e o são, até hoje, visando à organização da vida em sociedade, tentando cobrir todos os aspectos passíveis de conflitos para e entre os cidadãos.

Dessa forma, o Estado dividiu suas atividades, delegando o cumprimento a agentes oficiais que, atuando em órgãos e entidades componentes da administração pública, ficam encarregados de legislar, editar, publicar e fazer cumprir as normas. O interesse é de todos, logo, as leis devem ter alcance irrestrito e interpretação facilitada àqueles que serão seus leitores finais: o próprio povo brasileiro. Um desses agentes, que se constituem em espécies de entidades<sup>2</sup> criadas pelo Estado brasileiro, após a delegação a empresas privadas de atividades típicas do Estado, foram as Agências Reguladoras: autarquias em regime especial que visam à fiscalização de atividades como a oferta de telefonia, energia elétrica, petróleo, utilização de recursos hídricos, aspectos relacionados aos transportes terrestres e aeroviários, entre outras.

Para os fins a que se destina este artigo, a seguir, será apresentada uma das entidades públicas que editam normas que têm alcance irrestrito a todo o povo brasileiro e que, por isso, devem ter sua redação e formatação verificadas por um profissional em revisão de textos.

### **3.1 A Agência Nacional de Energia Elétrica e os atos normativos que produz**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia em regime especial instituída por meio da Lei nº 9.427/96, é responsável, segundo a alínea XI do artigo XI da Lei, por “estabelecer tarifas para o suprimento de energia elétrica realizado às concessionárias e permissionárias de distribuição [...]” (BRASIL, 1996).

Quanto à redação de seus atos, a Aneel, responsável pela fiscalização e regulação das atividades de empresas que geram, transmitem e distribuem energia elétrica a consumidores finais (população), em suas ações finalísticas, elabora, edita e publica atos normativos para o cumprimento de suas funções. Segundo Brasil (2012), as espécies normativas típicas editadas

---

<sup>2</sup> Pessoa jurídica de Direito Público dotada de personalidade jurídica que iguala-se às pessoas naturais em quase toda a gama de direitos e deveres inerentes a estas.

pelo ente são despachos, portarias, resoluções normativas, autorizativas e homologatórias. Cada ato cumpre um papel de acordo com suas funções legais.

### 3.2 O gênero textual normativo Resolução Homologatória (REH) conforme editado pela Aneel

As resoluções homologatórias exibem, em detalhes, e em formato legal, o resultado do processo de fixação das tarifas de energia elétrica, do qual derivam o reajuste dos valores ou a revisão dos índices de cálculo. E todo o procedimento de prescrição de preços deve sujeitar-se aos princípios norteadores do Direito Administrativo: legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade.

Conforme Brasil (2012), os atos produzidos pela Aneel devem ser editados com, basicamente, a seguinte ordem de itens constituintes: parte preliminar; parte normativa, parte final e cláusula de vigência ou de revogação, caso haja. A figura a seguir ilustra o formato que o ato normativo deve apresentar:

**Figura 1.** Estrutura de atos normativos conforme editados pela Aneel

<p>A epígrafe deve ser grafada em caracteres maiúsculos e conterá a identificação numérica singular do ato administrativo, título do tipo de ato, número e data de promulgação.</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL</p> <p>(NOME DO ATO) Nº _____, DE (DIA) DE (MÊS) DE (ANO)</p> <p>XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX</p>
<p>A ementa deve ser grafada por meio de caracteres que a realcem. E explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto do ato.</p>	<p>O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no (leis e decretos que dão suporte à ANEEL para praticar o ato. Citações relativas a audiências e consultas públicas, notas técnicas, pareceres e contratos devem ser evitadas, uma vez que estas informações constam nos autos do processo e não constituem fundamento legal) e o no que consta do Processo nº 48500.XXXXXX/XXXX-XX, resolve:</p>
<p>O preâmbulo indicará o órgão competente para a prática do ato e as leis que permitem a prática descrita no ato.</p>	<p>Art. 1º XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX</p>
<p>A cláusula de revogação deve relacionar todas as disposições a serem revogadas com a entrada em vigor a partir da publicação do ato.</p>	<p>Parágrafo único. XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX</p>
<p>A vigência do ato deve ser indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dele se tenha amplo conhecimento.</p>	<p>Art. 2º XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX</p>
	<p>Art. 3º Fica revogado o art. X da Resolução nº X.XXX, de XX de XXXXXX de XXXX</p>
	<p>Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p>
	<p>NOME DO DIRETOR-GERAL EM CAIXA ALTA</p>

Fonte: Brasil (2012, p. 6).

Do exposto neste tópico, percebe-se a importância de um profissional que zele tanto pela formatação que os atos legislativos exigem, assim como pela adequação das normas que

regem a variedade padrão do português brasileiro (PB), não perdendo de vista o objetivo de que o ato apresente a maior inteligibilidade possível para o cidadão comum. Esses aspectos serão discutidos no item a seguir.

#### 4 O PAPEL DO REVISOR DE TEXTOS, CRITICAMENTE, EM ÓRGÃOS/ENTIDADES PÚBLICAS

O revisor, como o perito cujo papel, segundo Coelho Neto (2013, p. 58), é de destaque fundamental, já que deve primar pela qualidade do material que lhe é entregue por um autor, além do exame textual minucioso, consciente, competente, visando ao aprimoramento da peça, também deve levar em conta o gênero discursivo e a situação sociocomunicativa. Como ensinam Rocha e Silva (2010, p. 195),

o papel social da Revisão de Texto é, principalmente, destrinchar o que está escrito – ou representado – buscar o sentido mais amplo para chegar à prática social, considerando o contexto – e, quando se fala em contexto, quer-se dizer absolutamente tudo: etnia, classe social, nível de letramento etc. – em que se insere seu produtor. Desse modo, devemos estudar a Revisão de Texto em uma perspectiva social.

As leis, inseridas entre os gêneros textuais *atos normativos*, obedecem a regras de elaboração quanto à sua forma, mas não há preceito quanto à escolha de léxico com pouca utilização, sintaxe invertida ou cheia de rodeios desnecessários, assim como a outras formas estilísticas que dificultem seu entendimento; pelo contrário, o próprio *Manual de Redação da Presidência da República* define que

não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: **é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos**. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão (BRASIL, 2002, p. 4 - grifo nosso).

Outro ponto a ser destacado é o de que a variante utilizada é a padrão, ou seja, a norma padrão ou culta do Português Brasileiro (PB), que, conforme Bagno (2011, p. 100), corresponde à variante que impõe uma padronização “identificada sempre com a linguagem escrita mais formal, mais monitorada”. Paquete (2001, p. 244 *apud* BAGNO, 2011, p. 101) estabelece que, historicamente, a normatização da língua está intrinsecamente associada à



normatização jurídica europeia, quando os estados nacionais fortaleceram-se e as instituições e agentes “capazes de elaborar normas, regulamentos e leis, processo que exigiu, simultaneamente, a uniformização das ortografias e padronização das regras gramaticais”.

Assim, percebe-se a importância, em cada órgão e entidade da administração pública, de profissionais especializados em revisar todos os textos produzidos, visando, exatamente, à clareza que os atos normativos precisam apresentar, visto serem destinados aos cidadãos.

O revisor de textos, conforme Rocha (2012), é o profissional que faz exame minucioso do texto, de forma a retirar-lhe inadequações, tanto em sua estrutura (redação, formatação), quanto nos aspectos linguísticos. Deve-se ter em mente que, além das feições puramente microtextuais, o revisor atua de maneira crítica, ou seja, leva em conta, também, as condições de produção do texto, o contexto, o leitor final.

A importância social da Revisão de Texto, [...], engloba a prática discursiva. Isso porque ambas, tanto a Revisão de Texto quanto a prática discursiva, são atividades que lidam com gêneros discursivos variados. [...]. Isso comprova que o texto não se restringe ao que se escreve, mas engloba diferentes formas de expressão – imagens, cores – que ajudarão a compor com a parte linguística (ROCHA; SILVA, 2010, p. 197).

Adequando-se o trabalho do revisor à verificação de atos normativos, a importância desse profissional é mais destacada, visto o consumidor final da lei ser o próprio povo brasileiro. Conforme Maingueneau (2011), aquele que interpreta o escrito o faz com base em pontos presentes no próprio texto, mas isso não é indicativo de que a compreensão do produtor do ato normativo e a do leitor sejam a mesma. O contexto de produção é fundamental para a interpretação e, nesse aspecto, atua o revisor, verificando, e adequando, se necessário, a letra fria da lei à realidade circunstanciada, fazendo uso, principalmente, de escolhas lexicais e sintáticas que facilitem o entendimento.

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as consequências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias (BRASIL, 2002, p. 83).

Dessa forma, o revisor atua como aquele que vai além da verificação gramatical, lexical e formal do ato normativo, mas, principalmente, como o que contextualiza a sua prática à situação particular, sempre tendo em vista o destinatário da norma.

#### **4.1 Inovações tecnológicas e multimodalidade como instrumentos à ação do revisor textual em órgãos/entidades públicas: o infográfico**

Como explanado anteriormente, a atividade do revisor textual deve ir além da simples conferência da adequação do texto às regras de formatação e adequação à norma padrão do PB. Os gêneros que se apresentam na realidade atual, tanto em configurações menos ou mais formais, podem, e vão, além da utilização da escrita. Dionísio (2006) explica que materiais escritos e visuais vêm sendo cada vez mais combinados visando à divulgação de informações, revelando textos construídos que demonstram tanto as relações sociais que encerram, quanto a sociedade por trás dessas relações.

Rocha e Silva (2010) destacam que a atuação do revisor em textos multimodais deve levar em consideração as origens sociais, a produção e a recepção. O revisor, atuando em atos normativos, buscando redação mais facilitada ao entendimento do cidadão, pode fazer uso dessa multimodalidade inerente aos textos, na qual texto e imagem agem de forma harmoniosa para a melhor compreensão da mensagem a ser repassada ao leitor.

A construção de textos utilizando ambos os recursos tem respaldo no fato de que, como ensina Dionísio (2006), nos gêneros na modalidade escrita, a informatividade visual processa-se de forma contínua. Essa característica deve ser levada em conta nas inovadoras formas de interação entre leitura e texto proporcionadas ao leitor pela relação entre as novas tecnologias e o discurso.

Nesse contexto, apresenta-se como meio de facilitação de interpretação textual dos atos normativos REH editadas pela Aneel o uso de infográficos.

Infografia ou infográficos são representações visuais de informação. Esses gráficos são usados onde a informação precisa ser explicada de forma mais dinâmica, como em mapas, jornalismo e manuais técnicos, educativos ou científicos. Pode utilizar a combinação de fotografia, desenho e texto (COSTA; TAROUCO, 2010, p. 2).

Por meio desses gráficos informativos, utilizando, além de texto escrito, imagens (desenhos, fotografias tabelas), é construído um entrelace multimodal no qual explicações potencialmente mais complexas, apresentadas na forma escrita, proporcionam, com o auxílio de símbolos e/ou imagens, maior entendimento ao leitor, pelo auxílio prestado pela informação visual por meio dos elementos imagéticos.

A facilitação do entendimento de um gênero textual com a presença de um infográfico, conforme Dionísio (2006), encontra-se no fato de o destinatário final do texto ter ao seu

alcance várias formas de leitura que o estimulam de maneiras variadas, tais como a leitura de todos os elementos, tanto da parte escrita, quanto do infográfico ao mesmo tempo; ou o leitor pode escolher a visualização da imagem associando-a ao texto verbal, de forma apartada; ou pode, ainda, ler apenas o infográfico, concentrando-se nas partes constitutivas que lhe despertem o interesse naquele momento.

Seja qual for a leitura eleita, o receptor da mensagem, ao ter estímulos tanto da leitura, quanto de imagens, aumenta sua capacidade de retenção e utilização de informações, o que Sweller (1998) denomina de Teoria da Carga Cognitiva, segundo a qual a aprendizagem alcançará melhores patamares quando a oferta de informações estiver harmonizada ao processo cognitivo humano, ou seja, quando a quantidade de informações compatibiliza-se com a capacidade de compreensão humana.

Para os fins a que se destina o presente trabalho, o infográfico será realizado com a utilização de termos retirados da própria REH, alvo de revisão, de forma a ter destacados os elementos que devem estar claros ao consumidor final quando da aferição dos valores que compõem sua fatura mensal.

## **5 METODOLOGIA**

Como procedimento sistemático e racional, uma pesquisa científica deve apresentar os meios utilizados ao alcance de seus objetivos propostos. Os métodos para os fins almejados determinam o caráter próprio de cada estudo. Conforme Diehl e Tatim (2004, p. 48), “a metodologia permite, portanto, a escolha da melhor maneira de abordar determinado problema, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas”.

Dessa forma, para a construção e o alcance dos meios que deem suporte ao tema proposto neste trabalho – demonstrar que o revisor de textos, atuando em atos normativos de uma entidade pública federal, consegue produzir redação mais facilitada ao cidadão – é empregada a pesquisa bibliográfica baseada em análise de livros e teóricos acerca do tema dos gêneros textuais normativos e da revisão de textos crítica. O enfoque apresenta fundo dialético, sendo que o método dialético implica, segundo Lima e Mioto (2007), em uma visão que reestruture as ideias preconcebidas acerca do objeto em estudo, crítica e reflexivamente, de forma a que o pesquisador incorpore ou supere os conceitos sobre o aspecto em estudo. “Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na

análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Associadas à revisão bibliográfica, também serão aplicadas a comparação entre uma REH editada pela Aneel e sua posterior revisão textual, realizada pela pesquisadora, de forma crítica e visando à melhor compreensão pelos cidadãos, dando-se destaque aos aspectos gramaticais/sintáticos que se refiram às escolhas lexicais e à ordem dos sintagmas nominais nas sentenças dos atos, buscando a configuração mais clara e precisa ao cidadão; assim como a elaboração de um infográfico elaborado conforme os detalhes explanados no item anterior.

Para tais fins, serão analisadas a sintaxe das orações, essa entendida como “a disciplina linguística que estuda como combinamos palavras para formar sintagmas e como combinamos sintagmas para formar sentenças” (MIOTO; SILVA; LOPES, 2013, p. 36). Dessa forma, além de verificar a estrutura que forma uma sentença, a sintaxe preocupa-se com suas propriedades gramaticais.

O exame morfossintático de um ato normativo não foge a qualquer regra inerente de organização de palavras e sentenças em língua portuguesa, enquanto a estilística, ou seja, as livres escolhas do autor de um texto, confere a liberdade de reescrita da ordem, da forma que melhor lhe aprouver. Em atos normativos, isso não é possível.

Conforme a alínea *e* do inciso I do artigo 11, e da alínea *b* do inciso II do mesmo artigo da Lei Complementar nº 95, de 26/2/1998, pontuação e escolhas lexicais devem prescindir de recursos estilísticos, visto os textos legais buscarem, de forma precípua, a clareza e a precisão em suas linhas. Quanto à ordem direta das orações, conforme destacado anteriormente, a alínea *c* do inciso I do artigo 11 do mesmo dispositivo legal define que as orações sejam construídas “na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações desnecessárias” (BRASIL, 1998).

## **6 INTERVENÇÃO TEXTUAL EM REH PRODUZIDA PELA ANEEL**

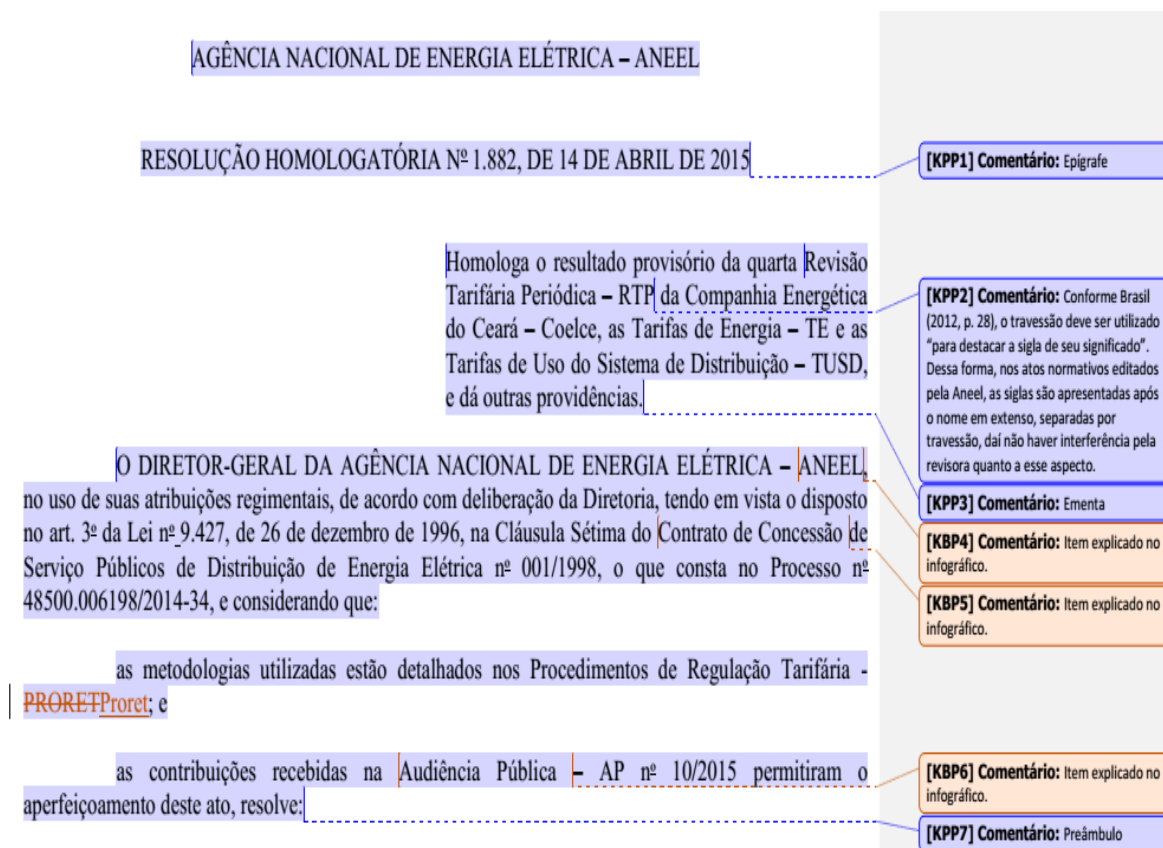
Ao se propor redação que alcance a todos os brasileiros, sem distinção, necessário seria optar por variante linguística que mais se adequasse à realidade fática de todas as regiões do país, fato que se demonstra de difícil realização pela enorme variedade de dialetos falados no Brasil. Dessa forma, o revisor de textos deve levar em conta, além dos aspectos referentes à redação em si, a formatação peculiar do gênero ato normativo, conforme explanado anteriormente neste artigo. Neste trabalho, em particular, é importante frisar que o objetivo

que se busca é tornar a leitura mais facilitada ao cidadão comum. A indagação que pode surgir dessa afirmação é como isso será operacionalizado.

O enfoque escolhido, então, é o da revisão textual efetuada em abril de 2015 na REH nº 1.882, discutida em reunião de diretoria da Aneel do dia 14/4/2015 e publicada em 20/4/2015, de forma a, além de adequar a redação às normas previstas pelo *Manual de Redação da Presidência da República*, à legística, à norma padrão do PB, também visou eliminar vocabulário com pouco uso, sintaxe invertida, uso excessivo de jargões.

As alterações efetuadas foram acompanhadas da ferramenta “Revisão”, aba constante do programa de edição de textos Microsoft Word. As marcações em azul são aquelas que foram sugeridas pela revisora à especialista em regulação, redatora original do ato<sup>3</sup>, e que foram acatadas, constando no texto final<sup>4</sup> da REH. Além disso, comentários foram colocados na margem direita de forma a darem explicações e base às informações que serão esmiuçadas com a ajuda do infográfico posteriormente apresentado.

**Figura 2.** Intervenção textual em REH produzida pela Aneel



<sup>3</sup> A versão original enviada por e-mail à revisora consta deste artigo como Anexo 1.

<sup>4</sup> Texto final da REH consta deste artigo como Anexo 3. Por ser ato normativo com força legal, cuja vigência imprescinde de publicação, o link para acesso ao texto encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/reh20151882ti.pdf>

Art. 1º Homologar o resultado provisório da quarta revisão tarifária periódica da Companhia Energética do Ceará - Coelce, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução, devendo o resultado definitivo ser estabelecido quando da junto à definição da metodologia de revisão tarifária periódica aplicada à quarta revisão da distribuidora.

**[KPP8] Comentário:** Como o resultado definitivo será estabelecido concomitantemente à definição da metodologia, o conectivo "junto a" soa mais adequado.

Art. 2º As tarifas de aplicação da Coelce, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 11,69% (onze vírgula sessenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos usuários da distribuidora; constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015.

**[KPP9] Comentário:** Sugestão: a oração subordinada adjetiva explicativa está muito distante da principal à qual se referia, o que pode levar o leitor a erro quanto ao referente do que consta da REH 1.858.

Art. 3º As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

**[KBP10] Comentário:** Item explicado no infográfico (consumidores).

Parágrafo único. Na vigência das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET Proret, deverá ser adicionado à Tarifa de Energia – TE de aplicação o valor correspondente fixado pela ANEEL em ato específico.

**[KPP11] Comentário:** Paralelismo sintático.

**[KBP12] Comentário:** Item explicado no infográfico (consumidores).

Art. 4º Homologar o Reposicionamento Tarifário com Financeiros de 21,88% (vinte e um vírgula oitenta e oito por cento), sendo 15,21% (quinze vírgula vinte e um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros.

**[KBP13] Comentário:** Item explicado no infográfico.

**[KBP14] Comentário:** Grafia de sigla pronunciável: apenas a primeira letra fica maiúscula.

Art. 5º As tarifas da base econômica constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

**[KPP15] Comentário:** Apesar da regra de grafia de siglas com apenas a primeira letra maiúscula quando a sigla for pronunciável, o jargão interno da Aneel é o da escrita com todas as letras em caixa alta, quando se tratar do nome da Agência.

Art. 6º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Parágrafo único. Os descontos previstos no Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, não incidem sobre o valor do adicional das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha.

Art. 7º Aprovar, nas Tabelas 4, 5 e 6, os valores, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016, relativos aos Serviços Cobráveis e aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora (- ERD) e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Art. 8º Estabelecer, na Tabela 7, os encargos de conexão referentes aos Contratos de Conexão às Instalações de Distribuição – CCD dos acessantes especificados, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Art. 9º Estabelecer, na Tabela 8, as receitas anuais referentes às instalações de conexão das concessionárias de transmissão Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG, relativas às Demais Instalações de Transmissão – DIT de uso exclusivo pela Coelce, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios desses tributos nas faturas relativas à receita anual de que trata o *caput*.

Art. 10. Homologar, na Tabela 9, o valor mensal, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, a ser repassado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Coelce, no período de competência de abril de 2015 a março de 2016, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o *caput* contempla o ajuste entre os valores homologados no reajuste tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta Resolução.

Art. 11. Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,59% (um vírgula cinquenta e nove por cento) e 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da “Parcela B”, nos reajustes tarifários da Coelce de 2016 a 2018.

§ 1º Os valores dos componentes Pd e T são provisórios, devendo os percentuais definitivos serem estabelecidos quando da definição do resultado definitivo da revisão tarifária.

§ 2º O componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, conforme metodologia definida no Submódulo 2.5 do PRORET.

**[KPP16] Comentário:**

Troca de estilo da fonte para adequação à formatação exigida por Brasil (2012).

**Formatado:** Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

**[KPP17] Comentário:** Item a ser explicado no infográfico.

**[KPP18] Comentário:** A REH é composta por tabelas com valores a serem aplicados a cada tipo de faixa de consumo. Foram retiradas visto o presente trabalho se fixar apenas, na parte dispositiva do ato normativo em questão.

**Formatado:** Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

**[KPP19] Comentário:** Sugestão: a oração subordinada adjetiva explicativa esta muito distante da principal.

**[KBP20] Comentário:** Travessão inserido de forma a uniformizar a regra que consta de Brasil (2012).

**[KBP21] Comentário:** Item explicado no infográfico.

**Formatado:** Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

**[KPP22] Comentário:** Simples concordância verbal: é apenas um encargo de conexão que estará em vigor.

**[KBP23] Comentário:** Item explicado no infográfico (impostos).

**[KPP24] Comentário:** Sugestão: a oração subordinada adjetiva explicativa esta muito distante da principal.

**[KPP25] Comentário:** Apesar de a palavra revelar-se oxítona e exigir o acento agudo na última sílaba, a grafia escolhida pela Empresa Pública dispensa seu uso. “Acentuam-se os vocábulos oxítonos terminados em a, e o (seguidos ou não de s)[...]” (MORAES, 2005, P. 30).

**[KPP26] Comentário:** Vírgula facultativa. Se optasse pelo seu uso, deveria haver outra após a palavra *caput*, o que não constava do texto original.

**[KPP27] Comentário:** Lapso de digitação.



Art. 12. Estabelecer, na Tabela 10, o nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelce de 2016, 2017 e 2018, sendo que a referência das perdas técnicas serão a energia injetada excluída e a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV, e a referência das perdas não técnicas será o mercado faturado do grupo B.

**[KBP28] Comentário:** Item explicado no infográfico.

**[KPP29] Comentário:** Artigo com redação original mais confusa. A reescrita foi discutida pela redatora e revisora nos termos que constam do anexo 2.

Parágrafo único. Os níveis regulatórios de perdas de energia são provisórios, devendo os níveis definitivos serem estabelecidos quando da definição do resultado definitivo da revisão tarifária.

Art. 13. O horário de ponta para a área de concessão da Coelce compreende o período entre às 17h30 17 horas e 30 minutos e às 20 horas e 29 minutos20h29.

**[KPP30] Comentário:** A preposição "entre" exige complementos "e" de forma a ligar os elementos que compõem a expressão: "o período entre 17h30 e 20h29", pois, conforme Cunha e Cintra (2008, p. 5850, o valor da preposição entre é o de "situação = posição no interior de dois limites indicados, interioridade [...]".

Parágrafo único. Para aplicação da Tarifa Branca o posto intermediário compreende uma hora imediatamente anterior e uma hora imediatamente posterior ao posto ponta - período compreendido entre 17h30 e 20h29, conforme caput deste artigo.

**[KPP31] Comentário:** Sugestão para melhor entendimento.

**Formatado:** Fonte: Itálico

Art. 14. Aprovar, para fins de cálculo do atual processo tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER da ~~COELCE~~Coelce, no valor de R\$ 81.871.985,81 (oitenta e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

Art. 15. Com base no disposto no Submódulo 7.1 do ~~PRORET~~Proret e no art. 57 da Resolução Normativa nº 414 de ~~09~~ de setembro de 2010, não serão publicadas tarifas da modalidade convencional binômica do grupo A.

Art. 16. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelos usuários, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Coelce, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para os usuários, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 17. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**[KPP32] Comentário:** Vigência do ato.

Fonte: Original com correções publicado em <http://www.aneel.gov.br/cedoc/reh20151882ti.pdf>

Pelas próprias regras de redação de leis – legística – não se pode ir além, no texto normativo, daquilo que está presente nos manuais acerca da redação de atos legislativos. A atuação da revisora, neste contexto, resume-se à adequação do texto à norma padrão do PB, à formatação do ato e indo um pouco além, a sugestões quanto à ordem sintática de adjetivos oracionais – comentários KPP 9, 19 e 24 – que são demonstrativas da busca de facilitação do entendimento que a simples mudança de ordem entre orações opera.



## 6.1 O infográfico

Apesar de parecer extrapolar as ações do revisor de texto, a proposição de medidas que facilitem a leitura pelo leitor final faz parte do rol de atribuições dos melhores profissionais do ramo. Dessa forma, a aplicação de um infográfico vem auxiliar em apresentação mais atraente e palatável de assunto que, pela sua própria complexidade e características intrínsecas, pode desviar a atenção do leitor, levando-o ao desinteresse pelo objeto do ato normativo. O profissional que fizer bom uso dessa ferramenta consegue tornar a REH mais interessante.

Trabalhar com infografia exige a capacidade de se conseguir aliar, de maneira harmônica, a estética e a funcionalidade desses itens. O infográfico serve para exemplificar uma matéria complexa, ou seja, sua principal função é ilustrar de maneira clara e objetiva o que o texto principal busca informar.

A eleição dos itens a comporem os termos a serem mais bem detalhados pelo infográfico levou em consideração, além da importância da definição das partes envolvidas – Distribuidora, Aneel e os tipos de consumidores –, o impacto final que elementos como os encargos setoriais, os impostos, as perdas de energia e as bandeiras tarifárias<sup>5</sup> causam na conta paga mensalmente pelos consumidores finais.

Na construção do texto, a escolha das imagens foi elaborada de forma que o título inserido após cada uma delas já levasse o leitor à familiaridade com o conceito a ser apresentado; ou seja, mais uma vez, a cognitividade proporcionada pela junção imagem/texto foi decisiva para a eleição dos elementos imagéticos mais pertinentes ao contexto e entendimento que se visa facilitar ao leitor final.

Assim, após a consulta ao texto legal, o acessante é convidado, por meio de um *link* inserido na própria página da REH no sítio da Agência, a visualizar o infográfico, buscando os termos que lhe pareceram mais complexos. Lá, em linguagem mais simplificada e auxílio das imagens, encontra, além do esclarecimento, uma forma de entendimento mais detalhado do que foi lido.

---

<sup>5</sup> Importante destacar os aspectos relacionados às bandeiras tarifárias: o sistema criado no ano corrente (2015) visa, segundo o sítio da Aneel (disponível em <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=758>) à reposição de um “custo que hoje já está na conta de energia, mas que geralmente passa despercebido. [...] Por isso, as bandeiras sinalizam, mês a mês, o custo de geração da energia elétrica que será cobrada dos consumidores. Não existe, portanto, um novo custo, mas um sinal de preço que sinaliza para o consumidor o custo real da geração no momento em que ele está consumindo a energia, dando a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar”. Resumindo, as bandeiras, se amarela ou vermelha, aumentam o valor do quilowatt hora (KWh) de todos os consumidores em qualquer faixa de tensão.

Figura 3 Infográfico



Fonte: confeccionado pela própria pesquisadora

Fica clara a intenção em revelar outra forma de leitura que leve em consideração aspectos mais cognitivos do leitor, por meio da multimodalidade oferecida pelo infográfico. A utilização da interatividade fornecida pelos dá espaço, ainda, à dialogicidade entre o ente público e o cidadão, visto os infográficos além de enriquecerem informata e esteticamente os atos normativos aos quais estiverem *linkados*, eles também abrem mais um canal de troca de informações mútuas entre a Agência Reguladora e o leitor final.

## 7 CONCLUSÃO

O revisor de textos é profissional que se revela indispensável nos vários meios em que atua. Munido de vasto conhecimento, tanto acadêmico, quanto empírico, é apto a ir além da mera verificação da aplicação de normas gramaticais, mas à adequação do gênero, como ato comunicativo inserido em práticas sociais, ao destinatário final, perpassando pelo discurso que cerca qualquer prática dialógica humana.

As leis, como gêneros textuais do domínio discursivo “jurídico”, servem de institutos de convivência e organização daquilo que é mais intrinsecamente humano: o aspecto político que permeia todas as atividades sociais e culturais do homem. Nesse contexto, um revisor textual serve de intermediário entre a letra fria do texto legal, visando ao entendimento de todos os cidadãos: destinatários últimos das regras de convivência tão necessárias às relações humanas.

Uma Agência Reguladora, como entidade que representa o Estado brasileiro em seu papel de regulador e fiscalizador de atividades cuja prestação é, precipuamente, do próprio Estado, deve garantir o alcance *erga omnes* de seus textos legais. A Aneel, representante dessa categoria de autarquias, tem o dever de fazer com que o alcance seja irrestrito, visto suas deliberações e decisões afetarem o povo brasileiro diretamente em item de consumo indispensável à vida moderna: a energia elétrica.

Assim, nota-se que, na revisão textual efetuada no ato normativo, a intenção da revisora foi a de adequar o texto normativo à norma padrão do PB, respeitando a formatação própria que o texto legal exige. Indo além, ao construir o infográfico, item a ser sugerido pela revisora, investida no papel de servidora pública e cidadã, fez uso de imagens e linguagem menos monitorada. Essas escolhas apresentam pretensões bem definidas: apesar de todos os atos normativos da Agência terem seu acesso irrestrito a qualquer cidadão, seja por meio virtual (sítio da Agência, pelo Portal da Transparência), ou pessoal (por solicitação de cópia diretamente no protocolo da Aneel), a norma padrão ainda não pode ser encarada como aquela que representa o dialeto da maioria dos falantes do Brasil.

O que se busca, com a sugestão do infográfico, é promover uma maior democratização ao alcance da mensagem, de forma que qualquer falante consiga reconhecer e ter pleno entendimento, numa configuração da fala brasileira que lhe seja mais conhecida, simpática, “materna”.

## **CRITICAL TEXTUAL REVIEW IN REGULATORY ACTS: FACILITATION OF UNDERSTANDING BY THE USE OF INFOGRAPHIC MEDIA**

### **ABSTRACT**

This work aims mainly to show that the text reviewer, acting in normative acts of a federal public entity, can produce more facilitated writing to the citizen. In order to achieve this purpose, it was built conceptualization about the textual genres and discursive genres, giving prominence to those called normative genres. The law, then, is presented as a social phenomenon, political and human culture, from which emanates the figure of regulatory agencies: entities entrusted to edit and enforce specific normative acts as ratifying resolutions (REH), analyzed in this article. In the meantime, the importance of professional experience in proofreading is detached, developing their assignments within public entities/agencies, not just as "fiscal grammar", but as a facilitator to the scope of the principles of public administration that concern advertising and efficiency of government controls. The method for ensuring the general goal is the literature followed by textual revision in a REH published by the Brazilian National Agency of Electric Energy (Aneel), culminating in the preparation of an infographic, multimodal text in which writing and picture act harmoniously for better understanding of the message to be passed on to the reader.

**Key Words:** Infographic. Laws. Regulatory agencies. Reviewer of texts.

### **REFERÊNCIAS**

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: parábola Editorial, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução por Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Manual para elaboração de atos administrativos**. Brasília, Aneel, 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996**. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília: Presidência da República, 1998.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. Brasília: Senac, 2013.

COSTA, Valéria Machado da; TAROUÇO, Liane Margarida Rockenbach. **Infográfico**: características, autoria e uso educacional. *Renote*, v. 8, n. 3, 2010.

CRISTAS, Assunção. Legística ou a arte de fazer leis. **Revista CEJ**, Brasília, n. 33, p. 78-82, abr./jun. 2006. Disponível em <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/717> Acesso em 16 jun. 2015.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5 ed. De acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DIONÍSIO, Angela Paiva. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Org.). **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. 2 ed. Rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucena, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de.; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálogo** v. 10 n. esp. p. 37-45 Santa Catarina: 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext) Acesso em 2 jun 2015.

LISBOA, Roberto Senise. **Direito Civil de A a Z**. São Paulo: Manole, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. 2 ed. Rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucena, 2006.

\_\_\_\_\_. Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros Textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Filemon Felix de. **Gramática objetiva**. Brasília: Editora Lima e Felix, 2005.

ROCHA, Harrison da. **Um novo paradigma de revisão de texto**: discurso, gênero e multimodalidade. Tese de doutoramento. UnB, 2012.

ROCHA, Harrison da; SILVA, Carina Melo da. Da revisão de texto à revisão de texto crítica: uma nova perspectiva profissional. Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). **Univ. Hum.**, Brasília, v. 7, n. 1/2, p. 191-213, jan./dez. 2010.

SWELLER, J. et al. **Cognitive architecture and instructional design**. Educational Psychology Review. v. 10, n. 3, 1998.

**ANEXO A. REH original, conforme enviada por e-mail sem revisão**

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº , DE DE 2015

Homologa o resultado provisório da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Companhia Energética do Ceará – Coelce, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Serviço Públicos de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1998, o que consta no Processo nº 48500.006198/2014-34, e considerando que:

as metodologias utilizadas estão detalhados nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública – AP nº 10/2015 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado provisório da quarta revisão tarifária periódica da Companhia Energética do Ceará - Coelce, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução, devendo o resultado definitivo ser estabelecido quando da definição da metodologia de revisão tarifária periódica aplicada à quarta revisão da distribuidora.

Parágrafo único. Após a homologação do resultado definitivo, a diferença de receita resultante da aplicação das tarifas em caráter provisório será atualizada pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, por subgrupo e modalidade tarifária, para cada mês do período de vigência, sendo o resultado reconhecido como componente financeiro nos reajustes tarifários de 2016, 2017 e 2018.

Art. 2º As tarifas de aplicação da Coelce, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 11,69% (onze vírgula sessenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos usuários da distribuidora.

Art. 3º As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e Tabela 2, Grupo B, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Parágrafo único. Na vigência das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, deverá ser



adicionado à Tarifa de Energia –TE de aplicação o valor correspondente fixado pela ANEEL em ato específico.

Art. 4º Homologar o Reposicionamento Tarifário com Financeiros de 21,88% (vinte e um vírgula oitenta e oito por cento), sendo 15,21% (quinze vírgula vinte e um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros.

Art. 5º As tarifas da base econômica constantes da Tabela 1, Grupo A, e Tabela 2, Grupo B, contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Parágrafo único. Os descontos previstos no Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, não incidem sobre o valor do adicional das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha.

Art. 7º Aprovar, nas Tabelas 4, 5 e 6, os valores relativos aos Serviços Cobráveis e aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora (ERD) e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Art. 8º Estabelecer, na Tabela 7, os encargos de conexão referentes aos Contratos de Conexão às Instalações de Distribuição – CCD dos acessantes especificados, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Art. 9º Estabelecer, na Tabela 8, as receitas anuais referentes às instalações de conexão das concessionárias de transmissão Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG, relativas às Demais Instalações de Transmissão – DIT de uso exclusivo pela Coelce, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios desses tributos nas faturas relativas à receita anual de que trata o *caput*.

Art. 10. Homologar, na Tabela 9, o valor mensal a ser repassado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás à Coelce, no período de competência de abril de 2015 a março de 2016, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal, de que trata o *caput* contempla o ajuste entre os valores homologados no reajuste tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta Resolução.

Art. 11. Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,59% (um vírgula cinquenta e nove por cento) e 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento),

respectivamente, a serem aplicados na atualização da “Parcela B”, nos reajustes tarifários da Coelce de 2016 a 2018.

§ 1º Os valores dos componente Pd e T são provisórios, devendo os percentuais definitivos serem estabelecidos quando da definição do resultado definitivo da revisão tarifária.

§ 2º O componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, conforme metodologia definida no Submódulo 2.5 do PRORET.

Art. 12. Estabelecer, na Tabela 10, o nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelce de 2016, 2017 e 2018, sendo a referência das perdas técnicas a energia injetada excluída a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV, e das perdas não técnicas o mercado faturado do grupo B.

Parágrafo único. Os níveis regulatórios de perdas de energia são provisórios, devendo os níveis definitivos serem estabelecidos quando da definição do resultado definitivo da revisão tarifária.

Art. 13. O horário de ponta para a área de concessão da Coelce compreende o período entre às 17 horas e 30 minutos e às 20 horas e 29 minutos.

Parágrafo único. Para aplicação da Tarifa Branca o posto intermediário compreende uma hora imediatamente anterior e uma hora imediatamente posterior ao posto ponta.

Art. 14. Aprovar, para fins de cálculo do atual processo tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER da COELCE, no valor de R\$ 81.871.985,81 (oitenta e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

Art. 15. Com base no disposto no Submódulo 7.1 do PRORET e no art. 57 da Resolução Normativa nº 414 de 09 de setembro de 2010, não serão publicadas tarifas da modalidade convencional binômia do grupo A.

Art. 16. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelos usuários, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Coelce, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para os usuários, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 17. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO B. E-mails trocados entre a revisora e a especialista em regulação redatora do texto original da REH<sup>6</sup>**

**De:** Kenia Bispo Pinheiro (SGT)  
**Enviada em:** terça-feira, 14 de abril de 2015 18:32  
**Para:**  
**Cc:**  
**Assunto:** REH Coelce\_2015\_revisado

Caros,

Segue arquivo da RTP da Coelce após revisão.

Peço que deem uma olhada na redação proposta para o art. 12, que achei muito confuso e o reescrevi. Verifiquem se o sentido está correto, após a reescrita.

Original: Art. 12. Estabelecer, na Tabela 10, o nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelce de 2016, 2017 e 2018, sendo a referência das perdas técnicas a energia injetada excluída a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV, e a das perdas não técnicas o mercado faturado do grupo B.

Reescrita: Art. 12. Estabelecer, na Tabela 10, o nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelce de 2016, 2017 e 2018, sendo **que** a referência das perdas técnicas **serão** a energia injetada excluída **e** a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV; **e a referência** das perdas não técnicas **será** o mercado faturado do grupo B.

**De:**  
**Enviada em:** quarta-feira, 15 de abril de 2015 10:15  
**Para:** Kenia Bispo Pinheiro (SGT)  
**Assunto:** RES: REH Coelce\_2015\_revisado

Kenia, acho que assim fica melhor

Reescrita: Art. 12. Estabelecer, na Tabela 10, o nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelce de 2016, 2017 e 2018, sendo **que** a referência das perdas técnicas **será** a energia injetada excluída a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV; **e a referência** das perdas não técnicas **será** o mercado faturado do grupo B.

**De:** Kenia Bispo Pinheiro (SGT)  
**Enviada em:** quarta-feira, 15 de abril de 2015 10:22  
**Para:**  
**Assunto:** RES: REH Coelce\_2015\_revisado

Este trecho “a referência das perdas técnicas **será a energia injetada excluída [e] a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV**” não tem dois predicativos?

---

<sup>6</sup> Como se trata de correspondências trocadas entre servidoras durante realização de suas atribuições públicas, o nome da colega não é necessário aos objetivos deste artigo, daí sua omissão.

Só para saber se fica o [e] ou não, pois a concordância, nesse caso, é opcional ao termo anterior ou posterior.

**De:**

**Enviada em:** quarta-feira, 15 de abril de 2015 10:26

**Para:** Kenia Bispo Pinheiro (SGT)

**Assunto:** RES: REH Coelce\_2015\_revisado

Kenia, É só um predicativo mesmo... a energia injetada excluída a injetada em A1

**ANEXO C. Texto final da REH, conforme consta publicada no Diário Oficial da União de 20/4/2015 e no sítio da Aneel, no seguinte endereço eletrônico:**

<http://www.aneel.gov.br/cedoc/reh20151882ti.pdf>

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.882, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Homologa o resultado provisório da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Companhia Energética do Ceará – Coelce, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, e dá outras providências.

[Texto Original](#)

[Voto](#)

[Nota Técnica nº 74/2015-SGT/ANEEL](#)

[Nota Técnica nº 87/2015-SGT/ANEEL](#)

DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Serviço Públicos de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1998, o que consta no Processo nº 48500.006198/2014-34 e considerando que:

as metodologias utilizadas estão detalhados nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública – AP nº 10/2015 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado provisório da quarta revisão tarifária periódica da Companhia Energética do Ceará - Coelce a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução, devendo o resultado definitivo ser estabelecido junto à definição da metodologia de revisão tarifária periódica aplicada à quarta revisão da distribuidora.

Art. 2º As tarifas de aplicação da Coelce constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 11,69% (onze vírgula sessenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos usuários da distribuidora.

Art. 3º As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Parágrafo único. Na vigência das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, deverá ser adicionado à Tarifa de Energia –TE de aplicação o valor correspondente fixado pela ANEEL em ato específico.

Art. 4º Homologar o Reposicionamento Tarifário com Financeiros de 21,88% (vinte e um vírgula oitenta e oito por cento), sendo 15,21% (quinze vírgula vinte e um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros.

Art. 5º As tarifas da base econômica constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Parágrafo único. Os descontos previstos no Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, não incidem sobre o valor do adicional das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha.

Art. 7º Aprovar, nas Tabelas 4, 5 e 6, os valores relativos aos Serviços Cobráveis e aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora (ERD) e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Art. 8º Estabelecer, na Tabela 7, o encargo de conexão referente ao Contrato de Conexão às Instalações de Distribuição – CCD do acessante especificado que estará em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Art. 9º Estabelecer, na Tabela 8, as receitas anuais referentes às instalações de conexão das concessionárias de transmissão Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG, relativas às Demais Instalações de Transmissão – DIT de uso exclusivo pela Coelce, que estarão em vigor no período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins necessários à cobertura dos dispêndios desses tributos nas faturas relativas à receita anual de que trata o *caput*.

Art. 10. Homologar, na Tabela 9, o valor mensal a ser repassado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras à Coelce, no período de competência de abril de 2015 a março de 2016, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o *caput* contempla o ajuste entre os valores homologados no reajuste tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta Resolução.

Art. 11. Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,59% (um vírgula cinquenta e nove por cento) e 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da “Parcela B” nos reajustes tarifários da Coelce de 2016 a 2018.

§ 1º Os valores dos componentes Pd e T são provisórios, devendo os percentuais definitivos serem estabelecidos juntos à definição do resultado definitivo da revisão tarifária.

§ 2º O componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, conforme metodologia definida no Submódulo 2.5 do PRORET.

Art. 12. Estabelecer, na Tabela 10, o nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelce de 2016, 2017 e 2018, sendo que a referência das perdas técnicas será a energia injetada, excluída a injetada em tensão igual ou superior a 230 kV; e a referência das perdas não técnicas será o mercado faturado do grupo B.

Parágrafo único. Os níveis regulatórios de perdas de energia são provisórios, devendo os níveis definitivos serem estabelecidos quando da definição do resultado definitivo da revisão tarifária.

Art. 13. O horário de ponta para a área de concessão da Coelce compreende o período entre 17h30 e 20h29.

Parágrafo único. Para aplicação da Tarifa Branca, o posto intermediário compreende uma hora imediatamente anterior e uma hora imediatamente posterior ao posto ponta.

Art. 14. Aprovar, para fins de cálculo do atual processo tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER da COELCE, no valor de R\$ 81.871.985,81 (oitenta e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

Art. 15. Com base no disposto no Submódulo 7.1 do PRORET e no art. 57 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, não serão publicadas tarifas da modalidade convencional binômia do grupo A.

Art. 16. Fica autorizada a inclusão no valor total a ser pago pelos usuários das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Coelce, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para os usuários, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 17. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.